

## GRAMPO TELEFÔNICO

# PFL entra em ação para evitar a cassação do mandato de ACM

Wallace Nunes  
de São Paulo

O PFL, partido do senador, pela Bahia, Antônio Carlos Magalhães, está em ação para impedir que seu quadro perca o mandato. Ontem o relator Geraldo Mesquita (PSB-AC), recomendou a cassação do senador por considerá-lo envolvido em escutas telefônicas ilegais na Bahia.

Ao ler seu relatório no Conselho de Ética do Senado, Mesquita perguntou: "Quem em sua consciência pode negar que o senador Antônio Carlos usou informações colhidas de forma criminosa em proveito próprio?".

No momento em que o Conselho decidia seu futuro, o senador baiano se encontrava no plenário do Senado assistindo a uma homenagem a seu filho Luiz Eduardo Magalhães, morto em 1998.

Em uma tentativa de salvar o mandato de ACM, parlamentares do PFL se movimentaram nos bastidores e tentaram duas ações contra a reunião do Conselho de Ética. A primeira foi propor um voto em separado sugerindo o arquivamento do processo contra ACM.

Como não houve êxito na manobra, o partido decidiu que um dos integrantes do Conselho, Demóstenes Torres (GO), pedisse vistas para evitar que o relatório fosse votado após a leitura do parecer do relator. Com isto o relatório deverá ser votado terça-feira, dia 29 de abril.

No seu parecer, Mesquita afirma não ter dúvidas de que Antônio Carlos Magalhães utilizou, como parlamentar, informações "sabidamente obtidas mediante a prática de um crime".

Os senadores pefelistas demonstram estar preparados para a eventual proposta do relator de pedir abertura de processo contra o senador baiano por quebra de decoro parlamentar.

Procurados por este jornal o relator Geraldo Mesquita e senador Demóstenes Torres não quiseram falar para não comprometer o senador Antônio Carlos Magalhães.

Assessores ligados aos parlamentares avaliam que nessa fase do processo não cabe aos senadores do PFL pedir qual o tipo de punição — se perda de mandato, suspensão temporária ou censura, ao senador baiano, pois já consideram a causa perdida.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado

abriu investigação, em março deste ano contra ACM para julgar se houve quebra de decoro no caso dos grampo telefônico ilegal instalado pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia.

Há uma semana, o senador baiano não compareceu na reunião da Comissão de Ética, onde prestaria depoimento sobre as acusações de envolvimento.

ACM enviou, por meio de seu advogado, sua defesa com mais de 70 páginas e 50 anexos, sobre o suposto envolvimento. Ele afirmou que os fatos que resultaram na sindicância ocorreram antes do início de seu mandato parlamentar e por isso, na avaliação dele, não caberia processo de cassação por quebra de decoro. Na mesma semana alguns amigos do senador, como o presidente da Casa, José Sarney (PMDB-MA) prestaram-lhe solidariedade afirmando que estariam ao lado seu lado até o fim.



Antônio Carlos Magalhães